



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Em conformidade com Art. 19. Do Decreto N° 10.829, de 05 de outubro de 2021.

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome: AYRTON GALICIANI MARTINELLO

Cargo efetivo: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - desde junho de 1998

Cargo comissionado: Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Governança (FCE 1.15)

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Curso: Mestrado em Gestão de Sistemas de Saúde

Instituição: Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

Conclusão: 2002

Curso: Ciências Econômicas

Instituição: Universidade Católica e Brasília - UCB

Conclusão: 1991

Currículo no Lattes (link): não possui

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Empresa/Órgão: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Cargo: Gerente de Projeto

Período: de janeiro de 2023 até 25/04/2024

Descrição: Gerenciamento das informações referentes à administração dos trabalhos da SPOG/SE; Gerenciar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Plano Plurianual (PPA) e outras legislações referente a área de atuação; Assessoramento ao Subsecretário em questões administrativas, orçamentárias e financeiras; Estudos e acompanhamento da execução orçamentária e financeira, com elaboração de cronogramas

Empresa/Órgão: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Cargo: Subsecretário-adjunto de Planejamento, Orçamento e Governança

Período: de março de 2022 até janeiro de 2023

Descrição: Gerenciamento das informações referentes à administração dos trabalhos da SPOG/SE; Gerenciar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Plano Plurianual (PPA) e outras legislações referente a área de atuação; Assessoramento ao Subsecretário em questões administrativas, orçamentárias e financeiras; Estudos e acompanhamento da execução orçamentária e financeira, com elaboração de cronogramas.

REQUISITOS LEGAIS/OBRIGATÓRIOS (DECRETO 10.829) (marcar todas as opções em que se enquadrar)

Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

Experiência profissional de, no mínimo, seis anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;

Ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, seis anos;

Possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função.

Ter realizado ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da economia, com carga horária mínima de cento e vinte horas.

Enquadra-se na hipótese prevista pelo art. 21º do Decreto 10.829

Dispensa excepcional dos critérios

Art. 21. Os critérios de que tratam os art. 16 a art. 19 poderão ser dispensados, justificadamente, pelo Ministro de Estado titular do órgão ou da entidade vinculada em que estiver alocado o CCE ou a FCE, de forma a demonstrar a conveniência de dispensá-los em razão de peculiaridades do cargo ou do número limitado de postulantes para a vaga.

Parágrafo único. A competência de que trata o caput será exercida:

I - no âmbito do Banco Central do Brasil, pelo Presidente do Banco Central do Brasil; e

II - no âmbito dos órgãos subordinados diretamente ao Presidente da República cujo titular não seja Ministro de Estado, pela autoridade máxima do órgão.

Obs: Preencher no computador e não assinar.